

## **CIÊNCIAS SOCIAIS E PSICANÁLISE: NOTAS SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA\***

*Alessandro da Silva Leite\*\**

**Resumo:** Este artigo trata da violência urbana, numa abordagem psicossocial. Parte do entendimento de que, sociologicamente, violência urbana é tudo aquilo que viola o sujeito, sendo socialmente denunciado pela e na urbe. Considera central a questão de como compreender, do ponto de vista acadêmico, a dinâmica da violência e os sujeitos da violência na cidade. Propõe que a compreensão deste fenômeno, bem como o desenvolvimento de estratégias de intervenção, tem muito a ganhar se ocorrer numa perspectiva dialógica multidisciplinar, especialmente, das Ciências Sociais e Humanas com a Psicanálise. Para tanto, divide-se em duas partes: numa, analisa-se as contribuições da abordagem psicossocial para os estudos sobre a violência e, noutra, para as políticas de enfrentamento deste fenômeno.

**Palavras-chave:** Ciências sociais; Psicanálise; Violência urbana.

**Abstract:** This article is about the urban violence, in a psychosocial approach. Part of the understanding that, sociologically, urban violence is what violates the subject being socially withdrawn and the metropolis. Considers the central question of how to understand, the academic point of view, the dynamics of violence and the subject of violence in the city. It proposes that an understanding of this phenomenon, as well as the development of intervention strategies, has much to gain if there is a dialogical perspective multidisciplinary, especially the Social Sciences and Humanities interface with Psychoanalysis. For this purpose, divided into two parts: one analyzes the contributions of psychosocial approach for studies on violence and, in another, for policies addressing this phenomenon.

**Keywords:** Social sciences; Psychoanalysis; Urban violence.

\*\*\*

### **Introdução**

Os textos selecionados para epígrafes deste artigo são recortes de *A Gazeta*, jornal impresso de grande circulação no estado do Espírito Santo e de destaque em âmbito nacional, e são de matérias publicadas, respectivamente, nas edições de 15/09 e 20/09/12. Cumprem a finalidade, além de informar, denunciar atos de violência cometidos no espaço de cidades. No primeiro caso, trata-se de roubo e, no segundo, de homicídio. Infelizmente, o fenômeno urbano neles identificado não se limita ao estado do Espírito Santo, mas atinge todas as cidades, com índices variáveis de ocorrência, nas diferentes partes do Brasil e do mundo.

Como compreender, do ponto de vista acadêmico, a dinâmica da violência nas urbes? Quais referenciais teóricos e metodológicos usar para analisar os fatos, as informações das fontes oficiais, dos jornais, dos processos e inquéritos, dos boletins de ocorrência, das

---

\* Este texto é resultado de leituras, reflexões, discussões, oficinas e notas de aulas da disciplina História e Violência no ES: o sujeito na cena do crime, 1980-2010, ministrada pela profa. Dra. Márcia Rodrigues e profa. Maria Cristina Dadalto, no Programa de pós-graduação em História, da Universidade Federal do Espírito Santo.

\*\* Mestre em História Social, aluno especial do PPGHis-Ufes.

narrativas de experiências individuais, enfim, onde atos, ações, eventos diversos e motivações variadas sejam denunciados como “violência urbana”. Como representar os sujeitos da violência sem encapsulá-los por teorias já cristalizadas nos estudos sociológicos sobre o tema?

Este artigo trata da violência urbana numa abordagem psicossocial. Parte do entendimento de que, sociologicamente, conforme Misse (2011), violência urbana é tudo que viola o sujeito, sendo socialmente denunciado pela e na urbe. Por hora, propõe-se que a compreensão deste fenômeno, bem como o desenvolvimento de estratégias de intervenção, tem muito a ganhar se ocorrer numa perspectiva dialógica multidisciplinar (MONTAGNA, 2004), especialmente, das Ciências Sociais e Humanas com a Psicanálise.

Tem por objetivo destacar as contribuições que a Psicanálise, enquanto teoria do comportamento humano, pode oferecer às Ciências Sociais e Humanas, pois ambas têm o ofício de decifrar o homem, social e individual, bem como auxiliá-lo em sua aventura existencial. Para tanto, divide-se em duas partes. Numa, analisa-se as contribuições da abordagem psicossocial para os estudos sobre a violência. Noutra, aborda-se as contribuições desse tipo de abordagem para as políticas de enfrentamento da violência urbana.

### **Violência: uma abordagem psicossocial**

A despeito do avanço dos estudos sobre a violência no campo sociológico nos deparamos com os limites e lacunas nos modelos construídos para explicá-las. Nesse sentido, Pinheiro (2012), aponta o uso de termos e expressões semelhantes referindo-se a modalidades diferentes de crimes. Misse (2011) informa a limitação das próprias fontes nos estudos do tema. Por atermem-se, praticamente, às fontes estatísticas oficiais, na maioria dos estudos certas práticas e sujeitos da violência são mais recorrentes que outras.

Trabalhos com viés mais histórico, sociológico e antropológico, acerca da construção social da violência e dos sujeitos da violência, sinalizam a importância dessa abordagem dialógica como forma de superar os limites teóricos e abordar o problema em toda sua complexidade.

Todorov (2010), ao analisar a relação entre *bárbarie* e civilização, faz um importante corte epistemológico da leitura antropológica rumo à psicanalítica para discordar da teoria freudiana da dupla pulsão (vida e morte). Defende que nossas pulsões têm uma mesma origem: a pulsão de vida. Dessa perspectiva, por mais estranho que possa parecer, um ato destrutivo não está respondendo à pulsão de morte, mas de vida.

Misse (2011), ao analisar os estudos sobre violência urbana no Brasil, utiliza o termo “sujeito espectral” para se referir ao sujeito da violência. Com este termo, chama atenção ao fato de que este “sujeito” será mais bem encarnado, materializado, representado e simbolizado com a superação do modelo da “racionalidade instrumental e do cálculo utilitário” com o qual vem sendo analisado. Este modelo, simplificadamente, tende a associar violência e sujeito da violência ao tráfico e à pobreza. Portanto, aponta para a necessidade de um avanço em relação às fontes, metodologias e teorias, no sentido de permitirem a abstração das complexas tramas

de relações sociais e psíquicas, nas quais o sujeito da violência, simultaneamente, tece e é, por elas, tecido.

Exatamente, para decifrar as questões pertinentes aos sujeitos a Psicanálise tem importantes contribuições para oferecer, pois

desde o advento da Psicanálise e a descoberta de Freud do sistema do inconsciente, a noção de sujeito ganhou nova dimensão. Com ela ficamos informados que o homem possui uma dimensão psíquica individual e que a consciência não está informada de aspectos importantes do suceder psíquico, e mais, não controla totalmente a produção de pensamentos ou de impulsos. (RODRIGUES, 2008, p. 67).

A partir de Freud, tornou-se, praticamente, impossível pensar os processos sociais, culturais, econômicos e políticos sem levar em conta que as forças a guiar os homens nas suas ações são tanto conscientes quanto inconscientes. Com a Psicanálise aprendemos que os acontecimentos e fenômenos sociais em curso são protagonizados por indivíduos portadores de uma subjetividade - dimensão psíquica – em permanente relação dialética, na dimensão social, coletiva, com outras subjetividades. Parece-nos plausível, portanto, de acordo com Plá *apud* Rodrigues (2008), considerar como a primeira, quiçá a mais importante, contribuição da Psicanálise para as Ciências Sociais, a descoberta da simultaneidade do sujeito: individual e coletivo, social e subjetivo.

Por ser uma ciência do inconsciente e conduzir, individualmente, sua investigação a partir dos sintomas, dos atos falhos, do chiste, do olhar, dos gestos etc, que são as manifestações da existência e atividade do inconsciente freudiano nos indivíduos, a psicanálise nos sugere abordar os fenômenos sociais como o racismo, a xenofobia, a misoginia e a violência urbana, como “sintomas sociais”, cujas causas podem ter raízes profundas que demandam investigação detalhada.

Vejamos, a partir deste ponto, como a abordagem psicossocial, com ênfase nas contribuições da Psicanálise, pode auxiliar no entendimento do “sintoma social” violência urbana, a partir de três modalidades: a violência envolvendo os estrangeiros, a violência intrafamiliar e a “violência narcísica” praticada sobre o próprio corpo.

Nos estudos sobre a violência envolvendo imigrantes, as Ciências Sociais e Humanas podem ajudar a decifrar as condições sociais, políticas, culturais e econômicas dos indivíduos que migram de um lugar para outro, onde ocuparão o lugar do estranho, do não familiar, do não pertencente ao grupo, portando todos os sinais dessa diferença: ausências, hábitos, linguagem, tipo físico, costumes. Pela Psicanálise, seguindo o raciocínio de Koltai (2000), esses indivíduos, ao portarem a diferença e os sinais do estranhamento, poderão ser escolhidos para o deslocamento do conflito psíquico entre consciente e inconsciente (o estrangeiro em si). Eles poderão tornar-se o receptáculo de fantasias, medos e desejos. Neste “estrangeiro fora de si” será possível realizar o impossível com “o estrangeiro em si”: negá-lo, hostiliza-lo, infringir lhe crueldade e agressividade. A participação de estrangeiros em ações de violência na urbe, geralmente, assume, no imaginário social e nos discursos citadinos, esse significado. Volta e meia, eles figuram como sujeitos da violência, da criminalidade, da delinquência, da perturbação da ordem, da depredação do patrimônio público e particular, da descaracterização e cisão do grupo nativo, somente pela sua condição de “estrangeiro”.

Por meio da abordagem psicossocial, pode se descobrir no envolvimento de estrangeiros com a violência urbana indícios da falta e privação das riquezas, bens e serviços da cidade. O apelo à violência poderá se constituir numa maneira de possuir o que lhe falta. Poderá também ser um tipo de resposta à ausência de afeto, de acolhimento e à humilhação, real e simbólica, com os quais os estrangeiros costumam ser tratados. Nesses casos, o envolvimento com a violência pode ser visto como saída para o *pathos psíquico* causado por um processo de sociabilidade discriminatório.

Geralmente, a violência urbana intrafamiliar está associada a relações de poder em torno da dominação masculina. Histórica e socialmente, costumou-se atribuir à figura masculina, desde a constituição da família tradicional, a dominação sobre o grupo familiar. Em sua obra, Roundinesco (2003), demonstra como a modernidade e a “pós-modernidade” promoveram sucessivas transformações na composição da família tradicional ocidental judaico-cristã e nas relações entre seus membros e, atualmente, a família tem se apresentado em diferentes arranjos: parentais, monoparentais, recompostas, homoafetivas. Entretanto, indícios e sintomas da representação social da dominação masculina permanecem latentes no psiquismo de muitos indivíduos e grupos sociais, podendo manifestarem-se na violência e agressividade intrafamiliar. A Psicanálise pode nos ajudar a compreender sob dois aspectos, antinômicos, este tipo de violência na urbe. Por um lado, ele pode ocorrer para legitimar a dominação masculina, causando um gozo no sofrimento, expresso pela submissão dos entes familiares ao pai, ou quem ocupe seu lugar simbólico. Por outro lado, ele pode ser a expressão da luta para deslegitimar a dominação masculina, ou dela se apoderar.

A Psicanálise entende que “a violência, ou a agressão, compõe seu significado no campo relacional, sujeito-objeto, mesmo que o objeto possa ser o próprio eu, psíquico ou corporal”, (MONTAGNA, 2004, p. 102). Esta constatação iluminada a identificação de um tipo de violência que, embora praticada individualmente, se manifesta como um sintoma coletivo nas cidades: a violência sobre si mesmo, sobre o corpo físico e sua imagem egóica.

A experiência clínica do psicanalista, Jurandir Freire Costa (2003), tem demonstrado como nosso sofrimento mental, cujos sintomas são percebidos no corpo, relaciona-se com nossas vivências culturais. No contexto atual, trata-se da identificação de um desejo de existir em conformidade com o discurso narcísico cultural da “nova ideologia urbana”, no qual o corpo tem significante de *status social*. Este discurso, produzido, principalmente, pela publicidade e medicina estética, tem construído um tipo de “narcisismo regenerador”.

Este narcisismo elege uma abstração corpórea ideal, jamais alcançada, e produz “ídolos fortemente sexualizados em imagens do *dever ser homem* e *dever ser mulher*” (VAZ, 2004, p. 127). De certa forma, este discurso narcísico de imagem ideal do ego submete os indivíduos a um estado de “violência consumista-narcísica”, e os condenando a não encontrar nem gozo, nem satisfação em suas realidades corpóreas e imagens egóicas, mas dor, angústia e sofrimento.

No psiquismo do indivíduo, esta insatisfação corpórea não se vincula ao princípio do “prazer-desprazer”, que é a condição necessária para o seu desenvolvimento normal e equilibrado. Ao contrário, a insatisfação se vincula ao “princípio da dor”. Para suportar, controlar ou extinguir a experiência da dor, do sofrimento e da angústia, o indivíduo poderá recorrer a defesas que tendem a se tornar patológicas: o consumismo exagerado, a submissão

a procedimentos e cirurgias estéticas de alto risco e mutiladoras, o consumo de substâncias nocivas ao organismo, a frequência obsessiva às academias de ginástica, musculação e clínicas de estética, a privação excessiva de prazer alimentar. Trata-se da “mobilização de energias psíquicas adaptadas ao esquema da indústria cultural”. (VAZ, 2004, p. 127).

Nos estudos sobre a violência urbana, as Ciências Sociais e Humanas tem sinalizado para a eficiência das perspectivas de análise empreendidas na longa duração. Para a abordagem do tema na longa duração, Misse (2011), sugere interrogar a sociedade, através de fontes diversificadas, sobre o que era, socialmente, denunciado no passado e o que é denunciado no presente; quem eram e quem são os sujeitos atuais da violência urbana; o que mudou e o que permaneceu acerca deste fenômeno.

Numa abordagem piscossocial da violência urbana na longa duração, as Ciências Sociais e Humanas podem ajudar a decifrar como os modelos de desenvolvimento econômico, social e de urbanização atuaram, ou ainda atuam, em sua dinâmica. Pode-se verificar as influências da segregação dos espaços sociais. Esta segregação decorre da valorização de certas áreas, geralmente centrais, que são aparelhadas com bens e serviços de elevada qualidade, em detrimentos de outras, geralmente periféricas, cujas condições de urbanidade permanecem precárias. Como desdobramento desse desequilíbrio urbano, tem-se processos de sociabilidades violentas, frágeis e instáveis cujos efeitos, geralmente, reverberam em práticas de violência.

Nas análises sobre as relações entre essa dinâmica de urbanização desequilibrada e a violência, a Psicanálise pode contribuir nos auxiliando na captura das “segregações nos espaços” e na identificação dos tipos e práticas de violências a que pode levar os sujeitos nelas envolvidos. O método psicanalítico nos sugere que a repetição de demonstrações de rivalidades (gestos, expressões, termos) entre moradores de uma mesma rua ou bairro e os conflitos geracionais são “sintomas sociais”, cuja causa pode ser a “segregação espacial”.

Pode-se, ainda, destacar como uma importante contribuição da Psicanálise na compreensão, e enfrentamento, da violência urbana a autorreflexão crítica. Em 1917, no texto *Uma dificuldade da psicanálise*, Freud proferiu uma sentença, que pode ser vista como referência a autorreflexão: [...] “entra em ti mesmo, nas tuas profundezas e aprende primeiramente a te conhecer [...] tu não reconheces aquilo que é justamente tu mesmo” [...], (FREUD *apud* KOLTAI, 2000, p. 86). Pela autorreflexão psicanalítica o sujeito é convidado a enxergar em si mesmo os indícios, as pistas e os sintomas das manifestações sociais, e das representações por elas criadas, que, costumeiramente, tende a apontar nos outros, inclusive a violência.

Na autorreflexão psicanalítica o sujeito a se descobre no cerne de todas as questões sociais. Por meio dela, ele tem a possibilidade de se reconhecer, também, como protagonista das tramas sociais e deixar de ser mero espectador do desenrolar dos acontecimentos. Em último caso, ele poderá tornar-se sujeito-político de seus desejos, pois, se de fato, “o descentramento efetuado pela Psicanálise, da ordem do mundo para a realidade psíquica, significou um deslocamento do ser do mundo para o ser do desejo e a implicação do sujeito no político”, (RODRIGUES, 2008, p. 79), temos a possibilidade de escolher se desejamos a paz ou a guerra.

## **Abordagem psicossocial da violência e políticas públicas de segurança**

Aprendemos com a Psicanálise que a dinâmica social redimensiona a subjetividade. Com esta descoberta, as Ciências Sociais e Humanas, têm, também, na Psicanálise uma forte aliada na elaboração de estratégias de intervenção, através das políticas públicas, para o enfrentamento, controle e amenização da violência urbana e seus efeitos.

Pinheiro (2012) destaca dois pontos essenciais das políticas públicas. Primeiro, a centralidade ao papel do Estado. Embora a sociedade civil organizada deva pressionar e cobrar políticas universalizantes de acesso aos direitos, o Estado não precisa esperar por essa pressão, tomando ele próprio a iniciativa de gestá-las. Segundo, a elaboração de políticas públicas deverá considerar os processos sociais em suas diversas dimensões. Ora, já vimos com a Psicanálise que os processos sociais também são movidos pelas forças psíquicas.

A Psicanálise nos ensina que os desejos do inconsciente são negociados com o consciente. Com isso, ela nos sugere que as políticas públicas sejam espaços de negociações dos desejos dos indivíduos e grupos sociais. Como nos consultórios exerce-se a escuta psicanalítica, nas formulações das políticas públicas, os sujeitos da violência urbana, sejam eles vítimas ou algozes, deverão ter suas “razões” e “motivações” ouvidas.

Convém que, antes, suas subjetividades sejam (re) conhecidas para redimensioná-las. Por outro lado, suas necessidades e carências, materiais e afetivas, também precisam ser, minimamente, contempladas e supridas. Nada impede que as políticas públicas possam trazer consigo marcas de afetividade para com os sujeitos da violência e considerem suas trajetórias histórico-social e psíquica na formulação de suas estratégias e propostas de intervenções. Com isso, acredita-se que as políticas públicas possam constituir importantes espaços de construção de formas mais afetivas de sociabilidades.

Tanto as Ciências Sociais e Humanas quanto a Psicanálise podem nos auxiliar a romper com o paradoxo entre “políticas públicas de Estado” e “políticas públicas de Governo”. Este paradoxo, geralmente, promove a descontinuidade das políticas, penalizando ainda mais aqueles que já são, excessivamente, afetados pelas ausências e deficiências do poder público. O diálogo entre estes campos do saber permite analisar a fragmentação e a não continuidade das políticas anteriores, sob o “pretexto” de não terem sido gestadas pelo governo atual, como manifestações de uma identidade político-partidária e de um tipo de “narcisismo político”, ou “desejo político egóico”.

Acredita-se que quanto mais avançarmos nos diálogos das Ciências Sociais e Humanas com a Psicanálise, caminharemos na direção de desconstruir, do ponto de vista da segurança e das políticas públicas, o “paradigma hobbesiano”. Este tem como principal característica a noção de controle, administração e enfrentamento da violência na urbe como uma questão de, cada vez mais, investimentos e incrementos da força militar e policial, da vigilância e da punição. Devemos nos lembrar de que, paradoxalmente, a violência urbana também se expressa por meio das formas de punições dos atos e sujeitos violentos.

O “paradigma hobbesiano” nutre-se do estado de medo permanente que temos uns dos outros. No entanto, fomos lembrados, por Todorov (2011) e Bauman (2009), que, para além dos conflitos e do medo há o diálogo e a confiança. Convém que o diálogo e a confiança iniciem com os saberes acadêmicos para, assim como sugeriu, Koltai (2000), começarmos a

encontrar maneiras de transformar as fronteiras (culturais, sociais, econômicas, políticas e psíquicas), de barreiras, em áreas de passagem.

### **Considerações finais**

A título de considerações finais, reforça-se que uma abordagem da violência urbana em uma chave psicossocial pode decifrar melhor este fenômeno que permanece entre os cinco maiores temores da humanidade. Conforme pode se constatar, em um paralelo traçado pelo historiador francês, Georges Duby (1999), o medo da violência está presente entre os principais medos medievais e os de hoje.

Embora as modalidades nas quais a violência urbana se manifesta permaneçam ou modifiquem, seus protagonistas continuam sendo os mesmos: os homens, individuais e sociais. Se no ano 1000 os bandos de cavaleiros, sem vínculos familiares, tinham sua imagem associada à violência, (DUBY, 1999), atualmente, são os grupos de adolescentes, jovens, negros, tatuados, com roupas pretas, de cabelos coloridos, adereços pontiagudos, grupos de imigrantes e outros indivíduos ou grupos sociais.

Como é sabido que a representação social tem algo de real, porque ela se constrói, a partir de formas de sociabilidades reais, reitera-se a necessidade de, sociologicamente, a violência e os sujeitos da violência serem compreendidos a partir das redes sociais, econômicas, políticas e culturais das quais participam e, subjetivamente, a partir da constituição psíquica de sua mais expressiva singularidade: o inconsciente.

Apesar da violência e da agressividade serem da ordem do humano, as relações sociais não devem ser vistas como aprisionadas numa relação mortífera, como têm feito alguns representantes das Ciências Sociais e Humanas. Costa (2003) adverte-nos de não ser um ato de violência, no sentido sociológico proposto por Bordieu e Parseron, que funda nossa civilidade e nos insere num sistema de ordem simbólica e padrões sociais. Muito menos, a passagem do estado de natureza para a cultura é marcada pela violência, conforme Freud (1913) descreveu em *Totem e Tabu*. É o “pacto sem espadas”, o diálogo, visto como saída não violenta para os conflitos dos homens e considerado como “técnica de acordo civil”, por Walter Benjamin, que nos humaniza e socializa.

Mesmo trazendo em nosso psiquismo a violência e a agressividade, como pulsão (de vida ou de morte), elas não precisam ser nosso destino biológico, social, cultural e psíquico. A Psicanálise tem nos ensinado como nossa capacidade de negociação interna dos desejos nos pacifica. Para Costa (2003), do ponto de vista de Hannah Arendt e Walter Benjamin, em âmbito social, coletivo, esse diálogo se inscreve nas esferas do poder. Acrescente-se que este poder é tanto o institucional (político) quanto aquele, dito por Michel Foucault (2003), presente nas relações mais íntimas (microfísicas) dos indivíduos.

Por último, sugere-se, como ponto de partida para compreender a dinâmica da violência urbana, com vistas a decifrar os “sujeitos da violência” e as “violências dos sujeitos” nas cidades, a construção de uma teoria munida de termos, conceitos e categorias capazes de esclarecer, tipificar e distinguir os termos e sujeitos que adjetivam os atos assim denunciados. Sugere-se, ainda, analisar, em sentido psicanalítico, as informações das

diferentes fontes de pesquisa sobre as relações e ações dos sujeitos nas tramas psicossociais que protagonizam.

## **Referências**

- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- DUBY, Georges. **Ano 1000 ano 2000: na pista de nossos medos**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- KOLTAI, Caterina. **Política e psicanálise**. O estrangeiro. São Paulo: Escuta, 2000.
- MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.
- MONTAGNA, Plínio. Violência, psicanálise e interdisciplinaridade. In: KHOURI, Magda Guimarães *et al.* (orgs.). **Leituras psicanalíticas da violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 101-117.
- PINHEIRO, Ana Marina Barbará. **Notas sobre a importância do estudo de gênero em diagnósticos sócio-criminais**. [S.l.: s.n.], 2012. (Texto apresentado em sala de aula pela autora).
- RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. História & Psicanálise: um diálogo possível. In: SOUBBOTNIK, Olga Maria M. C.; SOUBBOTNIK, Michael A. (orgs.). **Enlaces: psicanálise e conexões**. Vitória: GM Gráfica e Editora, 2008, p. 67 a 79.
- ROUNDINESCO, Elizabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- VAZ, Alexandre Fernandez. Corpo e indústria cultural: notas para pensar a educação na sociedade contemporânea. In: ZUN, Antônio A. S., PUCCI, Bruno; RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton (orgs.). **Ensaio frankfurtianos**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 117-135.

---

Recebido em: 05/02/2013

Aprovado em: 12/03/2012